



A falência do modelo

Mais do que o insucesso de um plano econômico, o que está fracassando no México é o modelo neoliberal que também foi imposto à Argentina e se tenta consolidar no Brasil

Neiva Moreira

Nenhum povo na América Latina tem dado uma contribuição maior à luta pela soberania, a liberdade e a justiça social que o mexicano. Por essa epopéia secular pagou um pesado tributo de mais de um milhão de mortos e a amputação de seu território, com a ocupação armada pelos Estados Unidos, dos estados mexicanos do Texas, Novo México, Alta Califórnia e parte de Tamaulipas, Coahuila, Chihuahua e Sonora, ou seja, mais da metade do país.

Nesse confronto com a Espanha, a França e os Estados Unidos, grandes líderes conduziram a luta pela soberania nacional, desde os sacerdotes José María Morelos y Pavón e Miguel Hidalgo y Costilla, a Benito Juárez e Francisco Madero, com a guerra pelo voto secreto e contra a reeleição. Emiliano Zapata e Pancho Villa deram às guerras independentistas o seu caráter social, reivindicando a igualdade republicana para os servos da terra: os camponeses pobres e os milhões de índios que ainda hoje reclamam por justiça no país, muitos deles lutando de armas nas mãos nas montanhas de Chiapas, integrados às fileiras do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em defesa dos seus direitos.

O presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), o nacionalizador do petróleo mexicano e criador da Pemex – a Petrobrás de lá –, lutou e obteve vitórias expressivas na dura batalha pela emancipação econômica. Cárdenas promoveu uma avançada reforma agrária, assegurando, inclusive, armas aos camponeses para defender o *ejido*, a nova unidade de terra que haviam recebido.

PRI: conquistas e desgates

O atual Partido Revolucionário Institucional (PRI) é continuador do Partido Nacional Revolucionário, fundado em 1929, por Plutarco Elias Calles. O mais importante na fundação do PNR

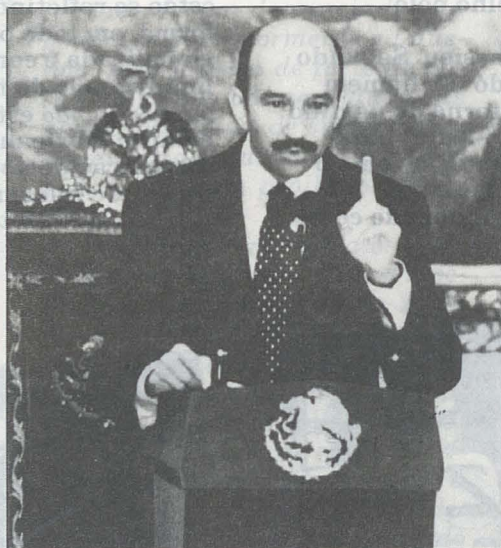
foi o seu espírito renovador e social, que lhe possibilitou unir, sob a mesma sigla, as diferentes correntes revolucionárias do país que, à época, enfrentavam o inimigo comum, mas – como é quase uma praxe na esquerda – se desentendiam internamente. A Constituição mexicana é, ainda hoje, uma das mais avançadas do mundo. Há, atualmente, como aqui, fortes pressões para a sua revisão.

O PRI tem, assim, mais de 60 anos e não se pode desconhecer que muitos dos avanços econômicos e sociais do México foram conquistados nesse longo e, conseqüentemente, desgastante domínio do Poder. A política externa independente – da qual o direito de asilo e as relações com a Espanha republicana e a Cuba revolucionária são exemplos históricos – é uma conquista mantida com rigor pelos governos do PRI, mesmo resistindo a duras pressões externas.

O modelo institucional mexicano tem sido objeto de inúmeros estudos e de pesquisas frequentes. O núcleo desses trabalhos de reflexão e análise é situar onde o PRI acertou e onde estão suas falhas. Não há dúvida de que um conceito muito burocrático de democracia interna gerou uma imensa máquina paternalista que convertia os setores mais representativos e até combativos do partido em peças de um mecanismo autocrático que transformava o presidente da República em instância determinante e irrecorrível. O Parlamento tinha (e ainda tem) uma débil influência e menos ainda, o Judiciário. O fato de que os trabalhadores urbanos e os camponeses elejam bancadas muito numerosas com candida-

tos do PRI representa pouco. Grande parte dos parlamentares com essa origem se dissolveu no aparato do Poder e foi se distanciando de suas bases.

A oposição, até há poucos anos, era quase simbólica. O governo influía decisivamente em quase todos os partidos e subsidiava seu funcionamento. A resistência de alguns poucos, embora coerente e combativa, não tinha condições de vencer a avassaladora máquina do PRI e seus aliados.



Carlos Salinas de Gortari: um tecnocrata cujo governo criou as condições para a atual crise

O Poder e a sociedade

Criou-se, assim, no México uma dependência quase generalizada entre o Poder e a sociedade como um todo. O velho refrão “quem não participa do Orçamento (do Estado) está no infortúnio” é uma regra muito seguida e popular.

Na minha estadia de vários anos no México vivi fatos que me surpreenderam. Um deles foi o *destape*, ou seja, a indicação sem margem de contestação do futuro candidato do PRI à presidência pelo mandatário que estava terminando sua gestão. Naquele dia, ansiosamente esperado, estava decidido quem ia ser o novo presidente. Era o chamado *dedazo*.

O PRI tinha pouco a ver com a escolha e os demais partidos nem falar. Só assim se explica que figuras pouco representativas, sem militância partidária – nos últimos anos, tecnocratas com uma visão fundo-monetarista da economia e muito influenciados pelo neoliberalismo das universidades norte-americanas – tenham sido *destapadas* pelo presidente em fim de mandato e consagradas como candidatos oficiais vitoriosos.

Corrupção e apartheid social

Essa máquina, que tudo podia, teria que procriar um imenso quadro de corrupção, que se generalizou e, ao mesmo tempo, estimular o florescimento de uma oligarquia econômica associada ao Poder que, encastelada nos seus bairros exclusivos, nas imensas mansões rodeadas por altos muros e muita segurança tecnológica e vigilância armada, se distanciou do país real. Hoje é, simplesmente, sócia dependente ou agente de imensos interesses estrangeiros, alheia ao sentimento nacional, cultivando uma espécie mascarada de segregação ou *apartheid* econômico-social.

O Nafta – acordo de livre comércio do México com os Estados Unidos e o Canadá – foi um dos produtos dessa aliança da qual o povo nada tinha que esperar e o plano Salinas-Zedillo (o último e o atual presidente) de estabilização econômica, uma imposição do governo de Washington, do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Teria que dar no que deu.

A “integração” de uma economia de pouco mais de 300 bilhões (a mexicana) com uma superior a cinco trilhões de dólares (a norte-americana) sem as ressalvas aplicadas no Mercosul, desmantelou a indústria mexicana e está quase liquidando sua agricultura. Os fabricantes preferiram importar produtos acabados do que produzi-los e o México é, hoje, um gigantesco camelódromo de produtos estrangeiros importados quase sem tributos.

Entre 1836 e 1848, os Estados Unidos se apoderaram de mais da metade do México. Em 1836, colonos norte-americanos ocuparam o território mexicano do Texas e depois pediram o reconhecimento e proteção da União norte-americana. Em 1846, o exército dos Estados Unidos invadiu o México com o objetivo de defender os ocupantes norte-americanos. A guerra durou dois anos. Alguns governantes dos Estados Unidos queriam anexar toda a zona ao norte do rio Bravo, e outros queriam ficar com todo o México. No final, se apropriaram dos estados do Novo México, Alta Califórnia e parte dos estados de Tamaulipas, Coahuila, Chihuahua e Sonora. Todos os mexicanos têm em mente o mapa de antes e depois da guerra de 1848.



Os sinais da explosão

Para o comum das pessoas fora do México a explosão desse plano, que levou o país à bancarrota, foi uma novidade. Mas lá dentro havia indícios e, também, opiniões bastante difundidas, de que o desastre estava chegando.

Um destacado economista, Arturo Huerta, vinha advertindo o país para a gravidade da crise. Em recente artigo escreveu: “A sociedade mexicana está pagando por outro engano do governo. Por muitos anos, nos disseram que a política econômica de abertura comercial, de desregulamentação e liberalização, assim como de privatizações de empresas públicas geraria condições de crescimento sustentado em benefício de todos. Isso está implicando sacrifícios para a grande maioria dos setores sociais. Muitos produtores tiveram que fechar ou reestruturar suas empresas diante de sua incapacidade de concorrer com as importações baratas. Este procedimento resultou em menor crescimento produtivo, maior desemprego, menores salários reais e grande vulnerabilidade externa.”

O economista acrescentou: “A entrada de capitais promovida pela privatização e liberalização da economia não originou maior disponibilidade de crédito, nem mais investimento que favorecesse o crescimento sustentado da economia e gerasse empregos bem remunerados. Pelo contrário, este capital se reciclou, retornando ao exterior através do grande crescimento de importações promovido dentro do contexto da economia aberta em que estamos vivendo.”

As importações passaram de 12 bilhões de dólares em 1987 para 42 bilhões em 1992 e 50 bilhões, em 1993. Assim, o déficit comercial alcançou 24 bilhões em 1993 quando, em 1987, o superávit comercial era de quase nove bilhões.

Julgamento político

A oposição a essa linha entreguista vinha se acentuando dentro e fora do PRI, já com expressiva repercussão nas duas últimas eleições. Convencidos de que, no partido oficial, se esgotavam, para eles, as possibilidades de reivindicar mudanças, o atual senador Porfirio Muñoz Ledo — ex-presidente do PRI, que fora também ministro da Educação e presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como delegado do México —, o ex-governador de Michoacán, Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, e outros dirigentes priistas se afastaram da legenda. Fundaram, há quase seis anos, o Partido da Revolução Democrática (PRD), hoje uma numerosa oposição de esquerda, com poderosa representação no Congresso e ampla presença na população.

Também cresceu, à direita, o PAN (Partido de Ação Nacional) que, embora apóie as linhas gerais do neoliberalismo, faz oposição setorializada em outras áreas.

Há no México uma forte corrente de opinião no Congresso e nas ruas, exigindo o julgamento político do ex-presidente da República Salinas de Gortari, um tecnocrata fundo-monetarista, como o seu sucessor, Ernesto Zedillo, formado em escolas norte-americanas. Exigem uma espécie de *impeachment* póstumo, responsabilizando-o pelo desastre. Ocorre que Zedillo foi ministro do Planejamento de Salinas e, depois, da Fazenda e seria difícil, nesse caso, definir responsabilidades.

Mas é evidente que, mesmo dentro do PRI, o Plano Salinas-Zedillo encontra crescentes resistências, que poderão influir sobre o próprio desenvolvimento da crise e o futuro político do país.

Do Primeiro ao Quinto mundo

O que se discute no México hoje, é o que virá daqui para a frente. Em uma reunião da direção do PRD, convocada especialmente para a discussão da crise e para a qual fora convidado o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, aprovou-se um documento de grande objetividade e clareza (ver nesta edição) em que se analisam as origens e o desenvolvimento da crise mexicana.

Mas não é só no PRD que a situação provoca reações e assombro. Na mesma ocasião, perguntou-se em uma reunião a um alto dirigente do PRI se o seu partido não sabia de antemão o que

estava se passando. Sua resposta foi incisiva. Na campanha eleitoral, da qual saíra novamente vitorioso o candidato do PRI, Ernesto Zedillo e, depois, nos primeiros meses do seu governo, a equipe econômica (um poder detrás do Poder) vendeu ao partido e ao país a idéia de um México feliz, com baixa inflação e um consumo crescente, uma milagrosa prosperidade, tudo seguindo exitosamente a cartilha do FMI. Uma campanha maciça de mídia induzia o povo a aceitar, como verdade, o que não passava de um engodo. Quando, a 20 de dezembro estourou a bomba, foi uma imensa surpresa. “Fomos dormir no Primeiro Mundo e acordamos no Quinto. Era o caos”, afirmou esse dirigente do PRI.

O PRI, como todo o México, ferve diante dessa situação dramática, que se agrava com as exigências impostas pelos Estados Unidos. “Condições humilhantes”, “nova invasão” e “incorporação do México ao bloco de poder dos Estados Unidos” não são sussurros nos meios políticos, mas a conceituação comum, inclusive na imprensa, do tipo de “acordo” que Clinton impôs ao país.

O governo de Washington foi, inclusive, muito claro a respeito. “Serão condições severas destinadas a proteger o interesse estrangeiro e nacional dos Estados Unidos”, confessou Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano.

Não há a menor dúvida de que um dos objetivos essenciais da operação foi controlar a política petrolífera, sabido que as reservas norte-americanas se esgotam em menos de dez anos e as mexicanas estão entre as mais importantes do mundo, depois das árabes, e têm pela frente mais de meio século de duração.

O acordo Clinton-Zedillo alcança esses objetivos mesmo sem privatizar a Pemex, mas através do controle norte-americano da sua política petrolífera e do seu fluxo financeiro.

O tamanho do "rombo"

A crise mexicana provocou um terremoto nos meios financeiros internacionais e obrigou o presidente Bill Clinton a editar uma espécie de “medida provisória”, tão em uso no Brasil, abrindo um crédito de 20 bilhões de dólares para que o México pague suas dívidas no exterior. Ao mesmo tempo, forçou o FMI e bancos afins a um desembolso de quase 30 bilhões. Essa imensa quantia é ainda insuficiente. Admite-se que o “rombo” no México se aproxima dos 150 bilhões, quase tudo para pagar importações consumistas sem qualquer interesse para a economia do país



Solução militar para um problema político?

Carlos Salinas de Gortari: um tecnocrata cujo governo criou as condições para a atual crise

e créditos especulativos nos quais estão embutidas imensas fraudes e negociatas.

Em uma longa entrevista ao jornalista Russel Mockiber, o diretor financeiro da empresa de consultoria Lebal Research International, de Washington, Christopher Whalen, disse às vésperas da crise estourar que a situação do México era bem mais delicada do que Washington ou Wall Street admitiam. Era artificial o otimismo reinante. O plano mexicano não se destinava a criar empregos ou estimular as exportações e, sim, a pagar os gastos de um consumo supérfluo ou a remunerar manobras especulativas.

Sobre a liberação de recursos então exigida para cobrir o colossal déficit mexicano, Whalen comentou: "A verdade é que trata-se de uma liberação para banqueiros ricos da Wall Street e para a elite do México. A maioria dos homens de negócio do México sabia da desvalorização do peso (a moeda local) antes dela acontecer e transferiu bilhões de dólares para fora do país. Na realidade, eles provavelmente precipitaram a desvalorização da moeda ao provocar uma corrida ao peso."

A lição mais importante de todo esse problema é que não se trata de uma crise mexicana, mas de um naufrágio, no México, do modelo neoliberal. O mesmo que, na Europa, produziu 17 milhões de desempregados e está sendo duramente questionado em quase todos os países.

"Os responsáveis intelectuais pelo que está acontecendo são os escribas do liberalismo, os tecnocratas tecnicamente puros, os adoradores do livre câmbio, que nos estiveram dizendo que estávamos no caminho correto", escreveu um jornalista mexicano.

As semelhanças com o Brasil

Para nós, latino-americanos, o mais grave é que esse modelo foi exportado para a Argentina e outros países e, com uma retórica reformista, se está implantando no Brasil.

Procurar convencer o povo brasileiro de que México é uma coisa e Brasil outra é um engodo. As semelhanças são evidentes e inegáveis, embora ainda haja tempo de um retrocesso se o governo brasileiro conseguir abrir novos caminhos, livrando-se do cerco neoliberal da coligação que o apóia, que deu à atual administração uma das configurações mais conservadoras e retrógradas dos últimos decênios da nossa vida republicana.

Em recente artigo sobre a crise mexicana, o economista Aloizio Mercadante, ex-deputado federal, escreveu o seguinte a propósito dessa inaceitável afirmação de que somos diferentes e ainda devemos contribuir financeiramente para ajudar o México: "A grande ajuda que o Brasil deve dar ao México e a todo o continente é mos-

A maioria dos homens de negócios sabia que haveria desvalorização e transferiu milhões de dólares para o exterior

trar um novo caminho em direção a um projeto nacional de desenvolvimento que permita reconstituir os verdadeiros laços de solidariedade na América Latina."

O que virá depois?

E o que vai passar naquele país? O México é, sem dúvida, diferente de muitas outras nações da nossa região. Lá, o sentimento da soberania e as desconfianças em relação aos propósitos geoestratégicos dos Estados Unidos se fundem na sua própria História. Por isso mesmo não se pode prever qual seja a reação do povo às exigências de Washington denunciadas nos meios políticos e nas ruas como alienação da soberania nacional. Podem ocorrer, hoje ou amanhã, reações imprevisíveis de um povo que conhece como nenhum outro na América Latina, a essência da política norte-americana. Em diferentes momentos mediu sua força e suas debilidades e já a enfrentou, algumas vezes de armas nas mãos.

Já há, naquele país, sinais inequívocos de turbulência. A revista *Siempre*, que não é hostil ao governo nem ao PRI, constatou o seguinte em recente editorial: "Neste momento e a esta hora estão presentes em cada rua, em cada casa e em cada instituição do país, os ingredientes necessários para chegar a uma situação de violência e anarquia. Mas há um ingrediente a mais: o da conspiração. Homens e mulheres ainda priistas e que, em outros momentos, desfrutaram dos privilégios que lhes concedia um cargo público se solidarizam hoje com a oposição para derrubar o governo."

Só nos próximos meses ou até mesmo anos será possível avaliar a natureza da reação mexicana a essa nova situação. Além das motivações no campo político que poderão evoluir para uma oposição beligerante, há dois pontos nevrálgicos em que a situação poderá agravar-se. Um deles é a entrada de mexicanos nos Estados Unidos, que o Departamento de Imigração norte-americano considera abusiva e ilegal. Este ano eram esperados 500 mil mexicanos atravessando a fronteira, sem passaporte ou permissão das autoridades. O governo norte-americano quer eliminar esse fluxo ou reduzi-lo drasticamente. Uma das soluções apontadas seria a construção de uma espécie de "Muro de Berlim" na fronteira entre os dois países.

Vivem nos Estados Unidos mais de 15 milhões de mexicanos ou seus descendentes imediatos, os *chicanos*. Toda essa imensa população continua absolutamente mexicana. Seu hino, sua bandeira, seu idioma são os da pátria asteca. Sua adoração religiosa é a Virgem de Guadalupe e sua comida predileta é a *tortilla*, à base do milho.

Como reagiria toda essa gente, que não se caracteriza pela ternura com os yankees?

O outro centro de inquietação é a guerrilha zapatista. Até há pouco a luta se circunscrevia a Chiapas, mas em muitas outras regiões do país as condições de exploração e pobreza podem propiciar novos focos de inquietação.

O perigo de uma "guerra suja"

Ao iniciar sua ofensiva militar em Chiapas, o governo confirmou essa possibilidade, anunciando não apenas a identificação do principal líder guerrilheiro – posteriormente desmentida pelo próprio –, como também admitiu que foram localizados focos subversivos em outros estados, inclusive em áreas a menos de 100 quilômetros da capital.

O fato de que mais de cem mil pessoas foram às ruas na Cidade do México para manifestar-se contra a alternativa militar e exigindo paz e negociações políticas com o Exército Zapatista de Libertação Nacional provocou um impacto no país com o temor de uma ampliação da luta armada. O líder opositorista Cuauhtémoc Cárdenas manifestou essa preocupação, falando na gigantesca manifestação que o jornal econômico *El Financiero* classificou como uma "torrente humana". Disse ele: "Uma guerra prolongada, que vai durar muitos anos, provocará muitas mortes, afugentará o investimento e tornará permanente a instabilidade, a menos que sejamos capazes de detê-la."

Mas não é só a oposição de esquerda que teme o desdobramento da crise de Chiapas. Também áreas influentes da sociedade, dos conservadores e mesmo do governo opinam no mesmo sentido. A desaprovação à alternativa da luta armada é generalizada no país e ninguém melhor do que Carlos Fuentes, o consagrado escritor mexicano, para sintetizá-la, denunciando os perigos de uma guerra como a do Vietnã e a da Chechênia. "O que poderia ocorrer é um período de guerra suja *a la Argentina*", disse ele. E mais ainda: "O presidente Zedillo é, agora, prisioneiro do Exército, dos falcões nacionais, dos tubarões internacionais e do governo dos Estados Unidos."

Autocrítica velada

O PRI acaba de perder as eleições em Jalisco, cuja capital Guadalajara, é a maior cidade do país, depois da capital. Esse é um fato alarmante para o partido do governo e muitos dos seus líderes não escondem o temor de que essa tendência, fortalecida pela crise eco-

nômica e a situação em Chiapas, possa levar a uma reviravolta política no país.

O governo insiste em que não abandonará sua política social e não admite lesão à soberania nacional, mandando suspender as operações militares em Chiapas para a retomada de negociações com a guerrilha, uma exigência muito generalizada nos meios políticos. A renúncia do governador de Chiapas, Eduardo Robledo – acusado de vencedor em uma eleição fraudulenta e de processos repressivos no governo – é um passo inicial para o entendimento.

À exceção do presidente argentino Carlos Menem – o único governante latino-americano a apoiar a operação militar em Chiapas ("Finalmente resolveram pegar o touro pelos chifres", declarou) –, a decisão do presidente Zedillo foi mal recebida, inclusive nos comandos militares, que se recusavam a desempenhar ações de polícia em Chiapas.

Deve ter pesado nessa posição o preço que estava pagando o Exército por essa ação considerada inadequada ao controle da situação. A morte por um guerrilheiro do coronel Hugo Alfredo Manterola Cedillo, comandante do Primeiro Regimento Blindado de Reconhecimento do Exército, e de numerosos oficiais e soldados já nos primeiros dias de operações, causou preocupações nos meios militares.

Tudo indica, também, que o presidente Ernesto Zedillo já dá sinais de dúvidas quanto à realidade do modelo neoliberal e resiste às pressões de setores mexicanos e dos Estados Unidos em favor do endurecimento político e militar do governo.

Em recente recepção no Palácio do Governo, aos representantes latino-americanos participantes de uma reunião da Coppal (Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina e Caribe), Zedillo renovou aquele compromisso e fez, veladamente, uma espécie de autocrítica, destacando três constatações no plano econômico: a) houve descuido com a economia interna e o conseqüente aumento da poupança nacional, ou seja, o desmantelamento e a asfixia da indústria e da agricultura; b) confiou-se no "capital volátil" que entra e sai do país sem fortalecer sua economia, o que não deve mais acontecer; c) deve-se integrar a economia internacional, mas não para favorecer os setores externos mas, primordialmente, defendendo o interesse nacional.

A crise mexicana não é, assim, um problema financeiro e militar ou um jogo especulativo de bolsas. Tem implicações muito mais complexas e graves, que vão às origens e à aplicação do modelo neoliberal, que condiciona o desenvolvimento, o bem-estar e a soberania do país.

Para alguns analistas, existe o perigo de uma "guerra suja" em Chiapas, ao estilo da que ocorreu na Argentina nos anos 70/80

